

BEM VIVER, CONHECIMENTO TRADICIONAL E CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL**GOOD LIVING, TRADITIONAL KNOWLEDGE, AND LOCAL ECOLOGICAL KNOWLEDGE****EL BUEN VIVIR, LOS CONOCIMIENTOS TRADICIONALES Y LOS CONOCIMIENTOS ECOLÓGICOS LOCALES** 10.56238/revgeov16n4-059**Evely Bocardi de Miranda**

Doutora em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais
Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGCA/UNEMAT)
E-mail: evely.bocardi@unemat.br

Sandro Benedito Sguarezi

Doutor em Ciências Sociais
Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGCA/UNEMAT)
E-mail: sandrosguarezi@unemat.br

Liliane Cristine Schlemer Alcântara

Pós-doutora em Ecosocioeconomia e Bem Viver pelo Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PPGTU/PUCPR)
Professora
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGCA/UNEMAT)
E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Doutor em Planejamento e Gestão Organizacional para o Desenvolvimento Sustentável com estágio sandwich em Economia Social
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Fundação Universidade Regional de Blumenau/SC
E-mail: carlos.cioce@gmail.com

Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior

Doutor em Administração
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
E-mail: douglasjunior@secitec.mt.gov.br



RESUMO

As transformações nas cidades têm despertado preocupação em razão do crescimento acelerado, que causa alteração do ar, paisagens, poluição da água, desmatamento, desigualdades socioespaciais e outras mazelas. Contudo, nas cidades encontramos as Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local que desenvolvem uma ligação íntima com o local onde vivem, identidade, saberes e práticas sustentáveis. Assim, o artigo propõe-se analisar os artigos publicados sobre Bem Viver, Comunidades Tradicionais, Comunidades de Conhecimento Ecológico Local, em áreas urbanas, no recorte temporal de 2010 a 2024, pela bibliometria. A pesquisa bibliométrica foi realizada nas bases de dados da Scopus e Web of Science criando a relação entre pesquisa científica e produção, a partir de dados quantitativos, permitindo-se identificar padrões de publicações, periódicos, principais autores, evolução de publicações, em âmbito nacional e internacional, convergência das palavras-chave. Resultados demonstram o alcance e difusão dos temas, precursores e as tendências, sendo um caminho para possibilidades de estudos, no Brasil e no mundo. O Bem Viver é o conhecimento oriundo das Comunidades Tradicionais e do Conhecimento Ecológico Local e constituem temáticas de relevância a serem debatidas e compreendidas na sociedade, sobretudo nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Bem Viver. Comunidades Tradicionais. Conhecimento Ecológico Local. Bibliometria. Cidades.

ABSTRACT

The transformations in cities have raised concern due to the accelerated growth, which causes air and landscape alteration, water pollution, deforestation, socio-spatial inequalities, and other problems. However, in the cities, we find the Traditional Communities and Local Ecological Knowledge that develop an intimate connection with the place where they live, identity, knowledge, and sustainable practices. Thus, this paper proposes to analyze the papers published on Good Living, Traditional Communities, and Communities of Local Ecological Knowledge, in urban areas, in the interval from 2010 to 2024, using the bibliometric method. The bibliometric research was carried out in the Scopus databases and Web of Science, creating the relationship between scientific research and production, based on quantitative data, allowing to identify patterns of publications, journals, main authors, the evolution of publications, nationally and internationally, and convergence of keywords. Results demonstrate the themes' reach and diffusion, precursors, and a path for study possibilities, mainly in Brazil.

Keywords: Good Living. Traditional Communities. Local Ecological Knowledge. Bibliometric. Cities.

RESUMEN

Las transformaciones en las ciudades han despertado preocupación debido al crecimiento acelerado que provoca cambios en el aire, los paisajes, la contaminación del agua, la deforestación, las desigualdades socio-espaciales y otros males. Sin embargo, en las ciudades encontramos Comunidades Tradicionales y Conocimientos Ecológicos Locales que desarrollan una íntima conexión con el lugar donde viven, la identidad, el conocimiento y las prácticas sostenibles. Así, el artículo propone analizar los indicadores bibliométricos de los artículos publicados sobre el Vivir Bien, Comunidades Tradicionales, Comunidades de Conocimiento Ecológico Local, en el ámbito urbano, en el marco temporal de 2010 a 2024. La investigación bibliométrica se llevó a cabo en las bases de datos Scopus y Web of Science creando la relación entre la investigación y la producción científica, a partir de datos cuantitativos, lo que permite la identificación de los patrones de las publicaciones, las revistas, los principales autores, la evolución de las publicaciones, a nivel nacional e internacional, la convergencia de palabras clave. Los resultados demuestran el alcance y la difusión de los temas, precursores y un camino de posibilidades de estudios, especialmente en Brasil.

Palabras clave: Vivir Bien. Comunidades Tradicionales. Conocimientos Ecológicos Locales. Bibliometría. Ciudades.



1 INTRODUÇÃO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censo, 2022) pontam que no Brasil cerca de 90% dos brasileiros moram em áreas urbanas. A Organização das Nações Unidas – ONU, estima que 90% da população mundial se concentrarão em grandes centros. O crescimento urbano é um fenômeno mundial que ocorre com velocidade assustadora, para Almeida *et.al* (2020) “estima-se que no período de 2007 a 2050 a população mundial passará de 6,7 para 9,2 bilhões, com cerca de 6,4 bilhões de pessoas (60%) localizadas em centros urbanos”, há que se considerar que o crescimento urbano tem ocorrido de forma desequilibrada.

No Estado de Mato Grosso, o processo de ocupação ocorreu em ritmo acelerado e intensificou-se entre as décadas de 1980 e 1970, avançando principalmente para o norte do Estado, em áreas ocupadas pelos indígenas. Em 2021, estima-se que o Estado passou a ser o 16º (décimo sexto) com maior população no país, com 3.567.234 habitantes (IBGE, 2010), e que mais de 80% vivem nas cidades, concentrados nas áreas urbanas em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e Cáceres. Esse movimento segue o fluxo contrário à proposta de colonização agrícola, em razão das dificuldades de cultivo de terras no cerrado, propiciando que a população migrasse para as cidades (Jorge, 2005; Vilarinho Neto, 2009; Vasconcelos, 2018).

Nessa perspectiva, para Davis (2006, p. 14) “há pouco ou nenhum planejamento para acomodar essas pessoas e prestar-lhes serviços” nas cidades, inclusive tratando que o mercado habitacional formal não consegue oferecer estoque de moradias e, por necessidade, a população menos favorecida economicamente recorre às locações informais, loteamentos clandestinos, barracos e às calçadas das ruas.

Portanto, há desigualdade socioespacial, há indicativos de que as cidades do futuro serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira, instaladas na miséria, cercadas de poluição e deterioração (Davis, 2006; Pasternak, D’ottaviano, 2016, Pasternak; Bógus, 2024).

Desta forma, o crescimento desordenado das cidades tem despertado preocupação acerca dos mecanismos de proteção da dignidade das pessoas e um “mínimo existencial” (Sarlet; Zockun, 2016) como acesso à moradia, trabalho, meio ambiente e ao bem estar dos seus habitantes, considerando que as ocupações dão-se, geralmente, em áreas de riscos, encostas, margens de rio, áreas de preservação permanente, sem infraestrutura necessária para uma vida digna, a exemplo saneamento básico, escola, assistência à saúde, transporte, segurança e lazer.

Aliada à falta de planejamento público, o processo de ocupação das áreas urbanas gera a poluição da água, ar, paisagens, desmatamento, ausência de áreas verdes nas cidades e outras mazelas, “sendo fator decisivo para degradação ambiental e, por consequência, para a diminuição da qualidade de vida daqueles que habitam estas áreas” (Dias, 2012, p. 30).



É importante investigar como se comportam as comunidades tradicionais e de conhecimento ecológico local em meio as transformações nas cidades, em razão da ligação com o local onde vivem, identidade, espiritualidade, saberes, práticas e o ambiente. O artigo propõe-se analisar os artigos publicados sobre Bem Viver, Comunidades Tradicionais, Comunidades de Conhecimento Ecológico Local, em áreas urbanas, no recorte temporal de 2010 a 2024, em razão da expressividade literária no período, a partir do método de bibliometria.

Os dados encontrados contribuem para saber como as comunidades estão sendo impactadas em meio as transformações e crescimento das cidades mato-grossenses na perspectiva do Bem Viver. Os resultados demonstram o alcance e difusão dos temas, os precursores, bem como um caminho para possibilidades de estudos, principalmente no Brasil.

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS

As Comunidades Tradicionais do Brasil são grupos que possuem práticas sociais, conhecimentos e saberes pautados, geralmente, no respeito ao ser humano e à natureza, as quais têm mostrado resiliência e protagonismo nas questões que envolvem bases sustentáveis.

A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2.000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em seu artigo 2º, inciso XV, trouxe o conceito de população tradicional, sendo:

Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (Brasil, 2000).

Contudo, conceituação sofreu críticas em razão das ambiguidades em sua terminologia, assim o artigo 2º, inciso XV da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi vetado (Santilli, 2004; Little, 2004; Barreto Filho, 2006). Apesar do veto na referida Lei, da denominação de população tradicional, esses grupos demonstraram sua importância o que “significou que com seu paulatino reconhecimento [...] passaram a ter o *status* de protagonistas: guardiões da floresta e prestadores de serviços ambientais preciosos não só à preservação da floresta, mas à humanidade como um todo” (Calegare *et al.*, 2014, p. 117).

As discussões conceituais e de reconhecimento se estabeleceram por meio de três fatores: primeiro, inicia-se a partir da “incorporação dos debates ambientalistas acerca da criação das Áreas Protegidas (AP) e os conflitos com as populações locais” (Carvalho; Macedo, 2018, p. 181).

Em vista de que essas áreas seriam intocadas, por causa da preocupação com o valor da perda da biodiversidade e das espécies e, deste modo, as populações ali existentes e no seu entorno seriam retiradas, fazendo que surgisse o conflito das áreas protegidas *versus* comunidades locais. Assim,



nasceu um olhar para a biodiversidade e sociodiversidade, passou-se a pensar a relação do homem com a natureza, os quais mereciam valorização e reconhecimento, tendo em vista que os saberes daquele povo contribuíram para a conservação e manutenção das áreas e da biodiversidade, que deveriam ser consideradas a partir do ecossistema, de suas necessidades e da qualidade de vida.

O segundo fator deu-se com “o processo de formação do povo brasileiro” (Carvalho; Macedo, 2018, p. 181) marcado pela miscigenação. A partir de um eixo étnico que se expandiu pelo Brasil, inicialmente pela Costa Atlântica e após embrenhando-se no país pelos sertões, florestas e rios, resultando em diferentes culturas, nomeada de cultura rústica e com variações regionais como: cultura crioula, caipira, cabocla, sertaneja e gaúcha (Ribeiro, 2015).

Ao longo da história brasileira, esse modelo cultural, esteve à margem do modelo econômico dominante, em locais periféricos e isolados abrigavam-se suas populações, com abundância de recursos naturais, o que colaborou com sua reprodução social, manutenção e sobrevivência com variações regionais, a partir de uma economia de subsistência. A utilização das técnicas milenares dos indígenas, desde a sociabilidade das técnicas de plantio e organização do trabalho, legitimou o uso e o manejo sustentável dos recursos naturais, com respeito aos ciclos naturais e à capacidade de regeneração das espécies, mantendo a diversidade cultural e particularidades das Comunidades (Diegues; Arruda, 2001).

Por fim, o terceiro fator, refere-se ao “protagonismo dos movimentos sociais do campo que resistiram à expropriação e violência contra seus territórios” (Carvalho; Macedo, 2018, p. 181), surgindo do entendimento dos grupos de que é fundamental a formação de sujeitos políticos, o que trouxe a transformação, luta, instrumentalização e mobilização, para pleitear o reconhecimento. Deu-se início com o movimento dos indígenas e dos seringueiros, seguidos pelas quebradeiras de coco-babaçu, castanheiros, ribeirinhos e outros, para o reconhecimento oficial de suas formas de uso, ocupação e manejo dos recursos naturais, a partir dos conhecimentos tradicionais, cujo período foi marcado pela redemocratização do Brasil, inquietação dos movimentos sociais, empenho do debate internacional e pelo reconhecimento às populações tradicionais e povos originários pelo Poder Público.

Com a efervescência dos movimentos sociais, foi criado o IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (1992), o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, com o objetivo de implementar planos, ações e projetos pelas populações tradicionais (Barretto Filho, 2006; Carvalho & Macedo, 2018).

Discussões foram trazidas ao sistema jurídico brasileiro pelas convenções e declarações internacionais, a partir de 1990, tratando dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (Shiraishi Neto, 2007) que com estratégia e alianças políticas garantiram a participação nos trabalhos da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007). Para Calegare; Higuchi e Bruno (2014, p. 125):



A discussão de quem eram as *comunidades tradicionais* ultrapassou os limites das UCs (Unidades de conservação), sendo apropriada por inúmeros grupos sociais portadores de identidade étnica e coletivas nos mais diversificados contextos ambientais, regionais e sociais. Isso vem clarificar que o rótulo de *populações e comunidades tradicionais* passou a ser utilizado segundo o interesse político de distintos grupos sociais brasileiros, como estratégia de reconhecimento de suas demandas e reivindicações perante o Estado.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais teve sua nomenclatura reformulada no ano de 2006, incluindo o termo *Povos* passando a denominar-se Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº 10.884 de 13 de julho de 2006 e no ano seguinte tivemos a edição do Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que trouxe a definição de Povos e Comunidades Tradicionais, como sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

As comunidades tradicionais são denominadas como “grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos” (Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2014, p. 12), são grupos socioculturais, conhecidos como guardiões do meio ambiente, que trazem consigo a ideia indissociáveis de sustentabilidade, a partir dos modos de uso do território que ocupam, como conservação e preservação da cultura, dos recursos naturais e da biodiversidade.

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais, representam o reconhecimento coletivo dos Povos e Comunidades Tradicionais, com aspectos de direitos culturais, sociais e econômicos, bem como condições de vida, trabalho e conservação de seus territórios, meio ambiente, modo de vida, cultura e a efetiva participação para a consecução de uma possível alternativa de desenvolvimento.

Para Leroy e Meireles (2013, p.114):

As comunidades e povos tradicionais estão na contramão desse desenvolvimento. Suas relações extrativistas e de usufruto estão estruturadas e inseridas nas teleconexões continente-oceano-atmosfera-hidrosferabiosfera, que fundamentam ancestralidades e vínculos interdependentes com a conservação dos biomas e ecossistemas.

Entre as comunidades tradicionais encontramos pescadores artesanais, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, marisqueiras, praiheiros, quilombolas, ciganos, grupos de matriz africana, comunidades de



fundo de pasto, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, faxinalenses, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros (SEPPIR, 2015).

Para Córdula e Nascimento (2020, p.1) “as comunidades tradicionais possuem uma visão própria do mundo que os cerca, repleta de saberes, tradições, mitos, lendas e permeadas pelo misticismo e pelo sobrenatural, gerando assim, seu sistema de ideias e sentimentos acerca do universo e do mundo; concepção do mundo, ou seja, sua cosmovisão”.

As Comunidades Tradicionais também são guardiãs da cultura e trazem consigo “explicitamente a diversidade linguística, a diversidade dos conhecimentos e práticas tradicionais e das demais expressões culturais dos povos” (Almeida, 2007, p. 16). Pizzinato, Guimarães e Leite (2019, p. 3) “utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos, predominantemente, por tradição oral”. Deste modo, implícita resiliência, simbologia e a força que garantem em seus territórios e a organização social própria como condição para a reprodução social, cultural, religiosa, econômica e ancestral.

O conhecimento tradicional, o termo mais utilizado por pesquisadores e, também, por organizações internacionais, como a IUCN, UNESCO, é a sigla TEK, *Traditional Ecological Knowledge* que é o conhecimento de populações nativas passadas de geração a geração, em razão da experiência e tradição, com continuidade histórica e de preservação ambiental (Berkes, 1999; Berkes *et al.*, 2000; Usher, 2000; Baptista, 2011). Para Diegues (2000, p. 30) o "conhecimento tradicional é o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração".

Pirrelli (2008, p. 368) traça atributos característicos de conhecimentos tradicionais a partir de análise empírica, o quais são:

- (1) a dinâmica e a organização das sociedades nas quais é gerado, experimentado, modificado e transmitido;
- (2) a sua geração em um determinado grupo e local;
- (3) a sua relação com o natural e sobrenatural;
- (4) a oralidade como forma de transmissão;
- (5) o engajamento prático;
- (6) a confiança nele depositada pela sociedade que o produziu;
- (7) a exigência intelectual para saber e fazer;
- (8) as peculiaridades do processo de produção desse tipo de conhecimento, isto é, os modos como ocorrem a sua aquisição, ensinamento e transmissão.

As Comunidades Tradicionais a partir da sua organização social e de seus representantes decidem sobre o cotidiano, com engajamento diário e prático dos conhecimentos ao longo das gerações. Os conhecimentos são ensinados, mantidos, reforçados, repetidos e transmitidos na vivência em grupo, com confiança e lealdade a produção e ao saber-fazer, mantendo a cultura, identidade, originalidade da produção e pertencimento. Assim, as Comunidades Tradicionais nomeiam, ordenam, classificam e experimentam seus conhecimentos no plano espiritual, simbólico e prático (Diegues; Arruda, 2001).



O conhecimento tradicional é transmitido entre os membros da comunidade de forma diversa segundo critérios adotado pelo próprio grupo, como função social, gênero, idade, parentesco ou, ainda, preferências individuais. A distribuição do conhecimento tradicional entre os membros da comunidade é segmentada e assimétrica, isto é, aquilo que é dado a conhecer aos membros da coletividade não é igualmente distribuído, variando segundo critérios como gênero, idade, função social (Sáez, 1998; 2001; Ellen; Harris, 1996; Pirelli, 2008). Para Pirelli (2008) o conhecimento tradicional:

[...] é um conhecimento empírico, fruto de trabalho intelectual, transmitido oralmente de geração em geração, e aprendido no engajamento prático, ou obtido por revelações divinas. Não separa o mundo físico, do espiritual e social. Cada tipo de ensinamento exige lugares apropriados para a transmissão, e o ambiente natural é lugar privilegiado para a sua transmissão, reprodução e produção. Não há especialistas detentores da sua totalidade, pois os canais de distribuição são diversos, tornando-o fragmentado no seio da comunidade (p. 389).

Para perpetuação e conservação dos conhecimentos tradicionais, muitos grupos têm reivindicado a documentação de seus saberes, a criação de banco de registro e dados, como fizeram os indígenas no documento produzido na Carta de São Luis do Maranhão (2001, p. 2) na qual reivindicaram aos governos o reconhecimento dos “conhecimentos tradicionais como saber e ciência, conferindo-lhe tratamento equitativo em relação ao conhecimento científico ocidental, estabelecendo uma política de ciência e tecnologia que reconheça a importância dos conhecimentos tradicionais”.

Sendo assim, reflexo de fortalecimento cultural, cosmologia, organização social e pertencimento como lógicas que sustentam os conhecimentos que produzem, como empoderamento e salvaguarda das Comunidades Tradicionais.

3 COMUNIDADE DE CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL

O conhecimento ecológico local, termo em inglês *Local Ecological Knowledge (LEK)*, é o adquirido por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos após a observação dos fatos durante a sua vida, repetidos na prática, que são incorporados na vivência, na diversidade cultural, meio ambiente, para a manutenção, gestão e conservação dos recursos naturais (Usher, 2000; Gilchrist *et al.*, 2005; Baptista, 2011, Córdola e Nascimento, 2020).

Berkes (1999) define o conhecimento ecológico local como a observação geral e progressiva dos indivíduos locais em contextos socioecológicos específicos. Trata-se de valorização dos saberes ecológicos comunitários e participação no processo de gestão como condição de conservação e manejo dos lugares onde vivem, com desenvolvimento social e ética ambiental.

Assim, o conhecimento ecológico local inclui aspectos da ecologia, procedimento, comportamento e outras atitudes que decorrem da experiência local acumulada, para além do indivíduo alcançando a gestão colaborativa de bases sociais, como por exemplo em associações, grupos, cooperativas e aplicações nas atividades pesqueiras. Nesse sentido, Ruddle (2000) menciona quão



importante o entendimento das bases sociais do conhecimento local e ligações cognitivas entre esse conhecimento acerca dos peixes e suas aplicações nas atividades de pesca.

Para Islas, Behling e Schnorr (2018, p. 508) “o conhecimento ecológico local pode ser caracterizado como os saberes, as práticas e os sistemas de crenças relacionados à natureza, em como seus organismos e suas interações, que as comunidades humanas possuem sobre os ambientes em que vivem”.

O conhecimento ecológico local é aquele desenvolvido por indivíduos de uma população, acerca do ambiente que vivem e o recurso que exploram [...] não é algo estático e independente das mudanças da vida humana ou do ambiente, consiste em algo gerado de modo contínuo, em um contexto de envolvimento com o meio natural (Santos *et al.* 2024, p. 3).

O conhecimento ecológico local mostra-se como fornecedor de subsídios para a gestão da pesca, bem como para diminuição da incredulidade acadêmica sobre o conhecimento etnobiológico, podendo ainda ser utilizado no manejo da pesca, com o fornecimento de diretrizes para pesquisas biológicas e contribuindo para as estratégias de manejo compartilhado.

Ruddle (2000) propõe elaboração de novas estratégias e tecnologias de pesca, por exemplo, com fundamentos no conhecimento ecológico local desenvolvidas por pescadores, nas quais se destacam a alta eficiência e especificidades como tempo, local, ciclo lunar, locais, abundância, etc., para captura de espécies-alvo para o bom rendimento da pesca, a partir de método eficiente e sem comprometer o meio ambiente.

Deste modo, o conhecimento ecológico local é importante no contexto da pesca, mas também em outras atividades, uma vez que o sucesso dependerá da manipulação dos conhecimentos adquiridos da observação do meio em que vive ao longo do tempo, como a utilização da isca, equipamentos de pescas, seleção de habitat, conhecimento ecológico do rio, das espécies de peixes ao ponto de manter ou substituir as técnicas de pesca e também de as estratégias para uma exploração sustentável.

4 BEM VIVER COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO

O Bem Viver difundido como filosofia de vida, retrata a integração do ser humano consigo, com outro e com a natureza, com vivência participativa e harmoniosa com o meio ambiente, constante nos saberes e prática das Comunidades Tradicionais. O Bem Viver para Alcântara e Sampaio (2017, p. 235) “é entendido como um paradigma que compreende um espaço-temporal comum, no qual podem conviver distintas ontologias na construção de uma interculturalidade que aponte ‘alternativas ao desenvolvimento’”.

Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2017, p. 1) definem o Bem Viver “como um modo de vida em harmonia consigo mesmo (identidade), com a sociedade (equidade) e com a natureza



(sustentabilidade). Essa definição é comumente aceita pela maioria dos intelectuais e políticos que usam o termo e, além disso, o torna um conceito universalmente aceito” (Tradução nossa).

Para Jacques (2021, p. 105) o Bem Viver “é um caminho em construção, fundamentado na solidariedade entre os seres humanos e a natureza, o qual já é uma realidade em determinadas culturas ao redor do mundo”. Difundido como filosofia de vida, viver melhor, uma cosmologia ou alternativa ao desenvolvimento.

O Bem Viver é estar em constante harmonia com o Todo, tem como escopo a construção de uma sociedade melhor, com um novo rumo, com justiça social e solidariedade, no qual há uma clara proporção espiritual com os valores e saberes que a englobam a vinculação e o pertencimento com um Todo e para com os que sofrem complacência e solidariedade entre todos, nos ensinamentos de Boff (2013a, 62), o Bem Viver:

Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o Sol, a Lua e as estrelas; é buscar um caminho de equilíbrio e estar em profunda comunhão com a *Pacha* (a energia universal), que se concentra na *Pachamama* (Terra), com as energias do universo e com Deus.

O Bem Viver surgiu a menos de uma década, sendo considerado no novo meio acadêmico e tem influência da cosmologia indígena da região andina, é reportado à proposta de *Sumak Kawsay* ou *Suma Qamaña* e está presente nas Constituições do Equador (2008), da Bolívia (2009), (Hidalgo-Capitán, 2014; Alcântara, 2019). Para Boff (2013a, p. 61):

[...] o ideal que propõem é o *bem-viver* (*sumak kawsay* ou *suma qamaña*). O “bem-viver” não é o nosso “viver melhor” ou “qualidade de vida” que, para se realizar, muitos têm que viver pior e ter uma má qualidade de vida. O bem-viver andino visa uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo [...].

Cunha e Souza (2023, p. 325) sintetizam:

bem viver é um conceito que se fundamenta em práticas tradicionais de povos nativos das Américas, apresentando princípios, cosmovisões e formas de vida a partir de elementos comuns entre si. Por outro lado, a fortaleza das práticas e conceitos pré-hispânicos ancoram-se justamente na constituição de uma cultura mestiça, ou seja, permeável a mudanças e incorporações

Um aspecto fundamental do conceito do Bem Viver é a sua origem nas práticas tradicionais dos Povos Originários e a presença de elementos comuns entre diferentes culturas indígenas, reforçando a ideia de que o Bem Viver não se restringe a um modelo estático ou homogêneo, mas sim a um conjunto de valores e práticas que refletem a diversidade sociocultural, a adaptabilidade das tradições ao longo da história. A interculturalidade, entendida como um processo dinâmico de interação

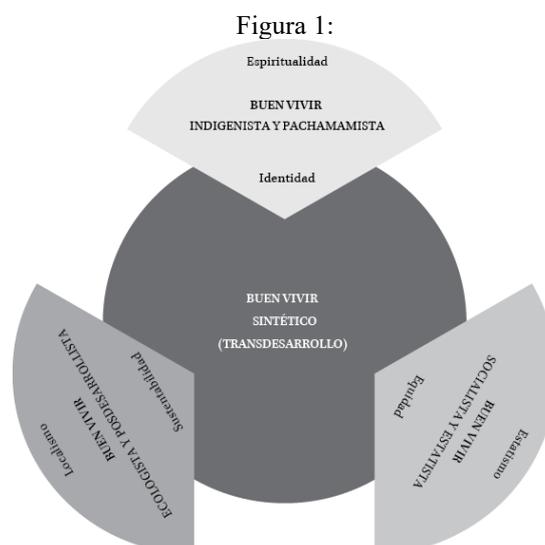


entre saberes tradicionais e influências externas, permitiu que muitas dessas práticas fossem ressignificadas e mantidas vivas, mesmo diante de processos coloniais e transformações sociais.

Gudynas e Acosta (2011, p. 103) apresentam o Bem Viver “como uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos valores culturais existentes em cada país e no mundo”. O Bem viver relaciona-se à melhoria da vida das pessoas em sociedade com gestão participativa, acesso ao trabalho, moradia, cultura, lazer, meio ambiente e etc., com o intuito de desenvolver estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática para se galgar a igualdade e justiça social (Alcântara, Sampaio, 2017).

O Bem Viver é um movimento de maior expressão de resistência ao colonialismo na América Latina em muitas comunidades, as quais não foram totalmente impactadas pelo capitalismo, que romperam as lógicas antropocêntricas e incorporam um fazer coletivo com a proposta de uma visão de sociedade e de economia alternativa (Alcântara, 2019), a partir de uma perspectiva desconstrutivista, assim, há três formas de entender o Bem Viver, baseado em Hidalgo-Capitán (2012):

1) *a indigenista e a pachamamista*, prioriza a autodeterminação e a identidade dos povos indígenas, e por elementos espirituais (la Pachamama) para uma vida em plenitude; 2) *a socialista e estadista*, é destacada pela gestão política-estatal, na qual prioriza a equidade social e a vontade popular; por fim, 3) *a pós-desenvolvimentista e ecologista*, prioriza a sustentabilidade e é reconhecida a partir da construção participativa como alternativa ao desenvolvimento (Hidalgo-Capitán, 2012; Hidalgo-Capitán, Cubillo-Guevara, 2017; Alcântara & Sampaio, 2017, 2020; Alcântara, 2019), “cada uma dessas versões corresponde a uma corrente ideológica que tenta colocar o conceito de Bem Viver a serviço de seus propósitos políticos em um contexto de luta pela hegemonia da esquerda latino-americana na era pós-neoliberal” (Hidalgo-Capitán, Cubillo-Guevara, 2017, p. 2).



Fonte: Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2017



As três correntes do Bem Viver são o resultado de processos de reflexão de numerosos intelectuais latino-americanos que travaram luta ao modelo hegemônico existente e seus principais atores são os movimentos indígenas, ambientalistas e revolucionários de influência bolivariana (Hidalgo-Capitán; Cubillo-Guevara, 2017).

Deste modo, o Bem Viver deve ser tratado como compromisso de mudança, respectivamente, no desenvolvimento com identidade, desenvolvimento com equidade e desenvolvimento sustentável “para a transformação das sociedades em sociedades multinacionais, pós-capitalistas e biocêntricas, sob uma concepção transmoderna de transdesenvolvimento que transcende os paradigmas do bem-estar” (Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2017, p. 4), ou seja, uma cosmovisão que foi se construindo ao longo de muitos anos que propõe uma nova “visão de sociedade e de economia alternativa para repensar o conceito de desenvolvimento” (Alcântara *et al.*, 2017, p. 68).

Importante mencionar que os avanços conceituais e contextos apresentados ao longo desta pesquisa dialogam com a proposta da corrente do Bem Viver pós-desenvolvimentista, para uma visão multidimensional, que se entrelaça com a emancipação humana, gestão participativa, questões éticas, vivência harmônica e respeitosa do homem e natureza, a partir de estratégias inclusivas, sustentáveis, democráticas e econômicas, para a diminuição das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se de pesquisa descritiva pelo método bibliométrico com o objetivo analisar os artigos publicados de 2010 a 2024 nas bases de dados eletrônicas da *Scopus* e *Web of Science* sobre Comunidades Tradicionais, Conhecimento Ecológico Local (CEL) e o Bem Viver. “As bases de dados eletrônicas são ferramentas promotoras de conhecimento e possibilitam o desenvolvimento científico e tecnológico” (Ravelli *et al.*, 2009, p. 506), em todas as áreas do conhecimento, inclusive nas Ciências Ambientais.

A bibliometria foi realizada para criar a relação entre pesquisa científica e produção, permitindo identificar padrões de publicações, como: periódicos, principais autores, evolução das publicações, em âmbito nacional e internacional, convergência das palavras-chave. Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica utilizando artigos científicos, livros e teses para encontrar a base teórica do estudo e em seguida a realização da bibliometria com os dados quantitativos gerados, por meio de estudo exploratório e descritivo.

Nesse sentido, buscou-se nas bases de dados da *Scopus* e *Web of Science*, no recorte temporal de 2010 e 2024, utilizando os descritores em inglês *Good Living (GL)*, *Traditional Communities (TC)* e *Local Ecological Knowledge (LEK)*, bem como utilizando o operador booleano *and* associando os descritores, vejamos na figura abaixo a estratégia de busca utilizada:



Figura 2:



Fonte: construção dos autores

Com a estratégia de busca dos termos realizou-se novas buscas a partir da perspectiva de países das publicações, os principais autores e dos periódicos com as palavras-chave buscadas e, ainda a evolução do número de publicações a cada ano, cujos dados foram tabulados no programa Excel da Microsoft para a construção de gráficos e facilitação da análise.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscou-se na base de dados da *Web of Science* e da *Scopus* que são plataformas de dados de publicações e citações mundiais, que dão suporte as pesquisas científicas em todas as áreas do conhecimento, entre os anos de 2010 e 2024, utilizando os seguintes descritores em inglês *Good Living* – *GL*, *Traditional Communities* – *TC* e *Local Ecological Knowledge* – *LEK*, individualmente e aplicando o operador booleano *and* associando os termos, com buscas no âmbito nacional, com a finalidade de análise da evolução e quantidade de publicação dos termos, (Tabela 1 e 2):



Tabela 1: buscas em âmbito brasileiro na *Web of Science*

Buscas Brasil	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
TC	1	8	8	10	12	7	13	10	15	36	40	59	50	45	36	350
LEK	4	1	5	9	9	11	17	11	17	16	20	31	19	24	20	214
GL	0	0	1	0	0	1	0	2	1	5	6	10	7	6	6	45
TC+LEK	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	4
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TC+LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores

Verifica-se na base de dados da *Web of Science* que há poucas publicações sobre TC e LEK no ano de 2010, todavia, no decorrer dos anos houve um aumento expressivo de publicações até 2024 sobre os temas em estudo, atingindo o ápice de publicações em 2021 com o aumento de 5.900% e 775%, respectivamente. Quanto ao Bem Viver (GL), no ano de 2012 temos uma única publicação, outra no ano em 2015, nota-se a partir no ano de 2017 com 2 publicações. Em 2019 com 5 publicações, atingindo seu ápice no ano de 2021 com 10 publicações, momento de crescente difusão do tema no âmbito brasileiro.

Tabela 2: buscas em âmbito brasileiro na *Scopus*

Buscas Brasil	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
TC	4	13	14	17	23	17	28	24	33	31	40	43	57	45	73	462
LEK	4	3	4	9	10	12	17	11	19	15	20	25	18	23	26	216
GL	6	3	8	3	4	10	6	8	7	6	21	8	7	10	9	116
TC+LEK	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	2	0	6
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TC+LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores

Na base de dados da *Scopus* há publicações em todos os anos (2010-2024) dos termos pesquisados e verifica-se um aumento relevante de publicações com os termos TC e LEK e no termo GL tivemos aumento tímido e no ano de 2021 foi o auge de 21 publicações, demonstrando o período de maior difusão do tema no Brasil.

No entanto, quando se faz a conjugação dos temas com o operador booleano *and*, na *Web of Science* encontrou-se 4 publicações com a junção dos termos TC e LEK, nos anos de 2021, 2022 e 2023 e na *Scopus* encontrou-se 6 publicações com a junção dos termos TC e LEK nos anos de 2014, 2018, 2021, 2022 e 2023. E uma única publicação com a junção dos termos TC e GL em 2021 no âmbito Brasileiro, tanto *Web of Science* quanto na *Scopus*.

Os mesmos parâmetros de buscas foram utilizados nas bases de dados em âmbito mundial, *Web of Science* e *Scopus* nas quais se encontrou um número maior de publicações nos descritores em todos os anos pesquisados (Tabela 3 e 4):



Tabela 3: buscas em âmbito mundial na *Web of Science*

Buscas Mundial	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
TC	10	14	25	28	25	18	23	27	29	64	63	83	85	77	66	637
LEK	30	35	30	28	65	52	69	67	89	99	116	109	129	139	97	1154
GL	8	14	15	18	18	13	21	27	28	66	61	60	77	61	36	523
TC+LEK	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	5
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
TC+LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores

Tabela 4: buscas em âmbito mundial na *Scopus*

Buscas Mundial	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
TC	43	59	76	84	84	74	102	103	99	168	135	143	184	168	206	1728
LEK	28	32	26	30	59	50	65	64	82	79	114	103	118	155	143	1148
GL	12	16	36	23	32	31	29	54	53	55	73	92	79	80	67	732
TC+LEK	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	2	2	1	8
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TC+LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores

Os resultados gerais de busca nas bases de dados eletrônicas da *Scopus* e *Web of Science* dos termos *Good Living – GL*, *Traditional Communities – TC* e *Local Ecological Knowledge – LEK* demonstram que entre os anos de 2010 e 2024 houve uma evolução considerável nas publicações no âmbito mundial, o que denota que os temas estão em evidência e têm grande relevância.

Ao realizar a análise da conjugação temática dos termos por meio do operador booleano *and* nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, observa-se uma quantidade limitada de publicações no período compreendido entre 2020 e 2024. Na *Web of Science*, a associação entre os termos TC e LEK apresentou o seguinte panorama: uma publicação em 2021, uma em 2022, duas em 2023 e uma em 2024, totalizando cinco publicações. Na *Scopus*, a mesma combinação de termos registrou um histórico mais extenso, com publicações nos anos de 2014, 2018, 2021, 2022, 2023 e 2024, somando oito publicações.

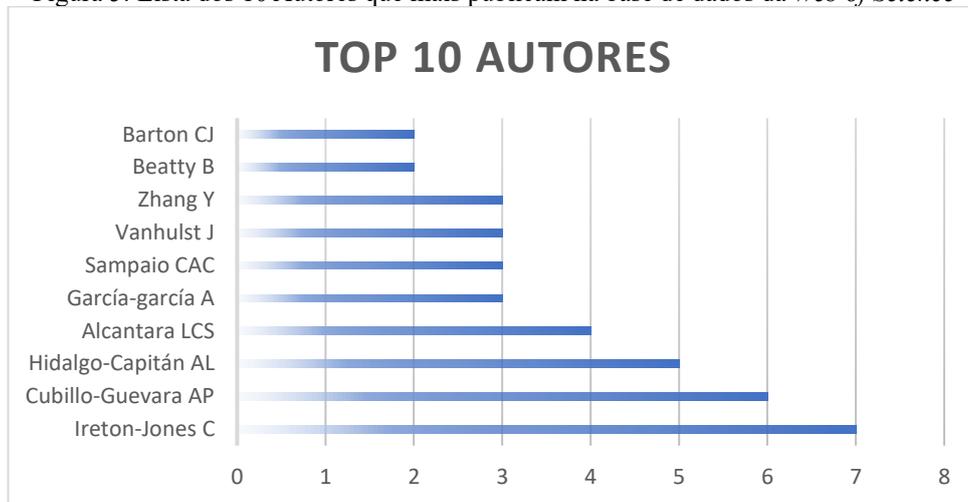
Quanto à combinação de TC e GL, identificou-se apenas uma publicação em 2021, tanto na *Web of Science* quanto na *Scopus*. Já para a associação entre LEK e GL, encontrou-se uma única publicação em 2018 na *Web of Science*. Por fim, na análise da junção dos três termos simultaneamente TC, LEK e GL, não foi localizada qualquer publicação em nenhuma das bases de dados mencionadas. Essa escassez de publicações evidencia a necessidade de aprofundamento e ampliação de estudos que abordem a interseção entre Comunidades Tradicionais, Conhecimento Ecológico Local e o Bem Viver, especialmente de forma integrada.

Quanto aos autores que trabalham o tema Bem Viver – *Good Living*, encontrou-se autores latino-americanos em sua maioria, dos quais destaca-se Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitan, Alcântara



e Sampaio, que são autores importantes e estão entre os 10 (dez) autores que mais publicam sobre o tema e trazem o repertório teórico deste artigo (figura 5 e 6).

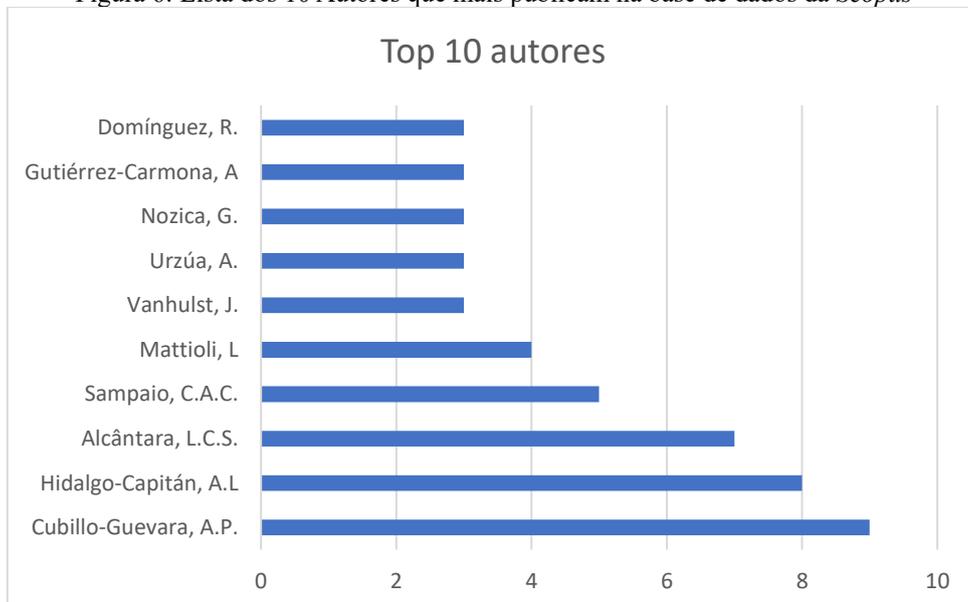
Figura 5: Lista dos 10 Autores que mais publicam na base de dados da *Web of Science*



Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores

Importante destacar que a autora Ireton-Jones publica trabalhos voltados à área da nutrição e saúde, assim não estão no aporte teórico desta pesquisa, em que pese se identifique o Bem Viver nestas publicações, não se referem ao tema chave ligado as Comunidades Tradicionais e as Comunidades de Conhecimento Ecológico Local.

Figura 6: Lista dos 10 Autores que mais publicam na base de dados da *Scopus*



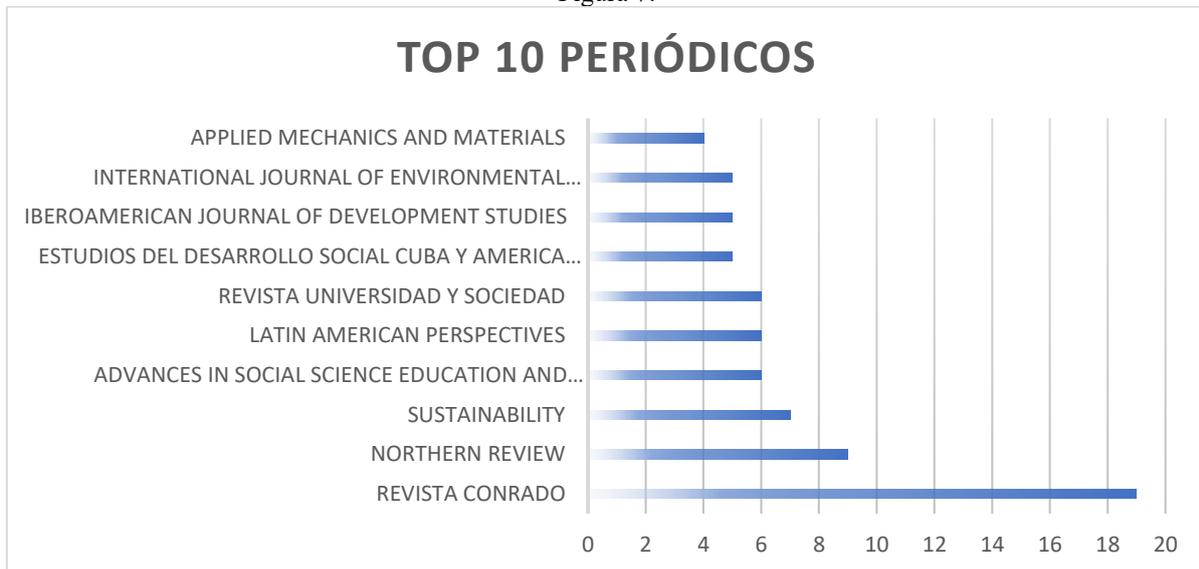
Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores

Verifica-se que entre os 10 (dez) autores que mais publicam em âmbito mundial entramos 2 (dois) autores brasileiros, Alcântara e Sampaio, que disseminam o tema do Bem Viver no Brasil, com pesquisas e publicações de relevância.



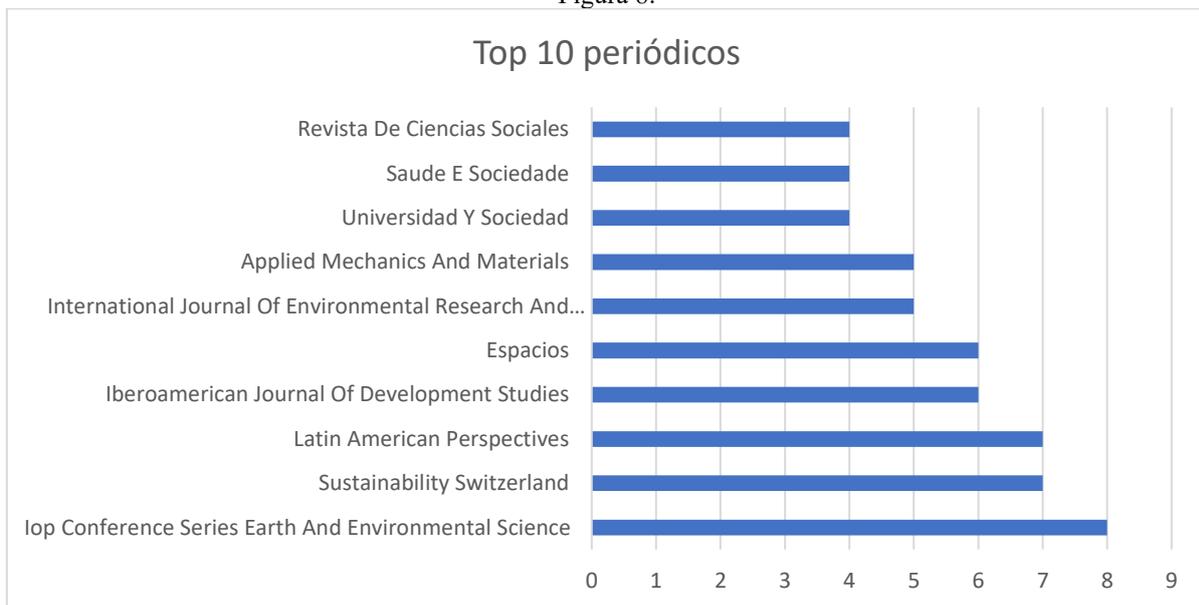
No decorrer dessa pesquisa, analisou-se o número de periódicos com publicações relacionadas ao Bem Viver nas bases de dados eletrônicas da *Scopus* e *Web of Science*, vejamos (Figura 7 e 8):

Figura 7:



Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores

Figura 8:



Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores

A análise das publicações em periódicos indexados nas plataformas *Web of Science* e *Scopus* sobre os temas Comunidades Tradicionais (CT), Conhecimento Ecológico Local (LEK) e Bem Viver (GL) entre os anos de 2010 e 2024 evidencia uma evolução gradual e crescente da produção científica na área. Observa-se um aumento progressivo ao longo do tempo, especialmente a partir de 2020, o que indica uma maior valorização dessas temáticas no cenário acadêmico internacional e nacional.

Esse crescimento reflete a ampliação do interesse da comunidade científica por estudos que abordam a inter-relação entre os saberes tradicionais e as práticas ecológicas sustentáveis, bem como



o impacto dessas dinâmicas no Bem Viver das populações locais. A valorização do conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local, em especial, vem se consolidando como uma vertente fundamental para pesquisas interdisciplinares, incluindo áreas como ciências ambientais, antropologia, ecologia e políticas públicas. Esse avanço pode estar relacionado ao reconhecimento da importância do conhecimento tradicional na formulação de estratégias de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, em conformidade com agendas globais.

Apesar do crescimento da produção acadêmica sobre CT, LEK e GL, a escassez de estudos que combinem os três eixos temáticos demonstra a necessidade de maior integração entre esses campos de pesquisa. Enquanto os estudos sobre CT e LEK têm sido mais frequentes nas bases de dados analisadas, a abordagem do Bem Viver (GL) ainda se apresenta de forma incipiente e dispersa. Essa lacuna sugere um espaço promissor para futuras investigações que busquem compreender como as comunidades tradicionais aplicam seus conhecimentos ecológicos para promover modos de vida sustentáveis alinhados ao Bem Viver.

A importância de pesquisas indexadas em bases de alto impacto, como *Web of Science* e *Scopus*, reside na ampliação do alcance e da credibilidade dos estudos, promovendo uma maior visibilidade das pautas relacionadas às Comunidades Tradicionais e Comunidades de Conhecimento Ecológico Local e Bem Viver. Além disso, a disseminação científica desses temas fortalece o reconhecimento acadêmico da relevância dos saberes ancestrais na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento convencional, promovendo diálogos transdisciplinares e contribuindo para políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

Dessa forma, o crescente volume de publicações entre 2010 e 2024 reflete não apenas um avanço na produção do conhecimento acadêmico sobre os temas, mas também a necessidade contínua de expansão dessas pesquisas para preencher lacunas teóricas e práticas que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável e o Bem Viver,

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bem Viver está relacionado à resiliência, emancipação humana, interconectividade e a ligação entre homem e natureza, questões éticas e o desenvolvimento de estratégias inclusivas, sustentáveis, democráticas, econômicas, como alternativa ao projeto hegemônico, partindo da “possibilidade de se imaginar outros modos de vida possíveis” (Sampaio *et al.*, 2022, p. 170) no mundo, a partir de “uma filosofia de vida cujo valor fundamental está conectado ao bem maior de preservação da natureza e ao direito das comunidades de viverem de acordo com suas tradições” (Alcântara *et al.*, 2017, p. 69).

Entendido como filosofia de vida, viver em plenitude, viver melhor ou modelo ao desenvolvimento o Bem Viver, tem como objetivo a construção de uma sociedade sociodiversa,



respeitando valores e saberes territoriais, baseada na democracia, com justiça social, inclusão e solidariedade, que respeite a dinâmica da natureza, tornando ambas, sociedade e natureza, resilientes.

As Comunidades e Povos, com seus conhecimentos tradicionais e conhecimento ecológico local, constituem-se saberes e práticas de convivência coletiva e com a natureza que contém aprendizados a serem assimilados pelos modos de vida urbanos, homogeneizados. Aliás, quando se refere as crises estruturais, sejam climáticas e de desigualdades sociais, referem-se à vida das cidades. Diante de tal importância, há que ampliar os avanços das políticas e leis que resguardam os valores dos modos de vida de Comunidades Tradicionais e Povos Originários.

Com o exercício da pesquisa bibliométrica sobre os temas Bem Viver, Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local, tornou-se possível a sistematização do material, com a dimensão das pesquisas e publicações nas temáticas, no âmbito internacional e nacional, no marco temporal proposto (2010-2024), bem como o alcance e difusão do conteúdo, os precursores, o que demonstrou um caminho para novas possibilidades de estudos, principalmente no Brasil. Pesquisas sob tal perspectiva são essenciais, para construir alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico e avançar em propostas de desenvolvimento mais humano e sustentável, com a participação efetivas das comunidades.

O Bem Viver é o conhecimento oriundo das Comunidades Tradicionais e do Conhecimento Ecológico Local e constituem temáticas de relevância a serem debatidas e compreendidas na sociedade, sobretudo nas Universidades brasileiras. Relevante porque a ciência precisa se dar conta que a realidade se torna visível na comunidade. É o espaço concreto da vida, onde de fato ela ocorre. Na maioria das vezes, o academicismo produtivista ignora a comunidade.

A comunidade não desperta interesse à lógica hegemônica, a comunidade não quer escala de produção, ela quer Bem Viver, pois na sua gênese, nos seus valores, propícios desde a sua constituição, pois sua constituição a escala que interessa para a comunidade está ligada a produção e a reprodução da vida em harmonia com a natureza. O que é importante, o que possui visibilidade e realmente interessa é um projeto de desenvolvimento equilibrado, harmônico.

O conhecimento identificado em uma comunidade, ainda que os territórios sejam geograficamente pequenos, cada um à sua maneira encontra uma alternativa e que na maioria das vezes podem apresentar padrões comuns. Daí a importância da ciência, da academia apreender a aprender esse local, esses lugares, mas para isso precisam se tornar unidades de análises de pesquisa científicas, e não serem simplesmente ignorados pela lógica hegemônica da acadêmica, ligada a lógica de mercado e do consumismo.

Estudos de casos de Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local, além de descrevem suas particularidades, onde se encontra riqueza de informação, poderiam fazer referências



a outros estudos, sejam comparativos ou não, incorporando quando possível, dados quantitativos, pois estes qualificam ainda mais a pesquisa.

Precisa se dar conta que o método científico necessita ser desafiado. Quando o instrumental científico não possui ferramenta adequada para compreender certo fenômeno, não deveria simplesmente dizer que ele não existe, mas considerar a possibilidade que ainda não há uma racionalidade devidamente explícita. A dimensão tácita do conhecimento não deve ser ignorada. Ela deveria “acender a chama” da curiosidade científica e aprofundar as análises em novas perguntas, tais como: Em que medida o Bem Viver pode cooperar para o empoderamento dos moradores das Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local? Como os saberes das Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local podem contribuir como alternativa para o enfrentamento da lógica hegemônica, na busca do Bem Viver? Quais os principais fatores que interferem no Bem Viver junto às comunidades ribeirinhas? Como se dá o diálogo entre os conceitos de conhecimento tradicional, conhecimento ecológico local e Bem Viver?



REFERÊNCIAS

- Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. 'Bem Viver' como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, p. 231-251, abr., 2017. doi. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>.
- Alcântara, L. C. S.; Grimm, I.; Sampaio, C.A.C.; Mantovanelli Jr, O.; Feuser, S.; Garcia, M. Bem Viver: discussões teórico conceituais. *Revista Pensamiento Actual*, 17(28), 66-77, 2017.
- Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: desafios para uma ética socioambiental. *Revista Pólis*, Santiago, Chile: 2018.
- Alcantara, L. C. S. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. In: Sguarezi, S. B (Org.). *Ambiente e sociedade no Brasil central: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional*. 2 ed. São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora Unemat, 2019.
- Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, vol. 53, p. 78-101, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/62963>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- ALCANTARA, L. C. S; VÁSQUES-CARRANZA, L. M. Bem viver e pós-desenvolvimento: a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, [S. l.], v. 14, p. 233–254, 2024. DOI: 10.24302/drd.v14.5102. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5102>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- Almeida, L. S.; Cota, A. L. S.; Rodrigues, D. F. Saneamento, arboviroses e determinantes ambientais: impactos na saúde urbana. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3857-3868, out. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020001003857&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2022.
- Baptista, C. P. B, O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul, São Leopoldo/RS, 91 f. (tese de doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Biologia, 2011.
- Barretto Filho, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Adams, C.; Murrieta, R & Neves, W. (Orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* (pp. 109–143). São Paulo: Annablume, 2006.
- Berkes, F. *Sacred Ecology-Traditional Ecological Knowledge and resource management*. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.
- Berkes, F.; Colding, J. E Folke, C. Rediscovery of tradicional ecological knowledge as adaptive management. *Ecological Applications*, V. 10, p. 1251-1262, 2000.
- Boff, L. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- Boff, L. (2013). *Constitucionalismo ecológico na América Latina*. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com>.
- Bolívia. *Constitución política del estado plurinacional de Bolívia*. Bolívia, 2009.



Brasil. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2.000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em 20 Ago. 2022.

Brasil. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 jan 2022.

Calegare, M. G. A; Higuchi, M. I. G; Bruno, A. C. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XVII, n. 3, p. 115-134, jul.-set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2021.

CARTA De São Luís Do Maranhão, dezembro de 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L6D00069.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

Carvalho, A. V.; Macedo, J. P. Povos e comunidades tradicionais: revisão sistemática da produção de conhecimento em psicologia. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 20(3), 180-197. São Paulo, SP, set.-dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872018000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 14 mai 2021.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. Conhecimento ecológico local e o segredo da sustentabilidade ambiental: saberes, práticas e relações ecológicas. *Revista Educação Pública*, ISSN: 1984-6290, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/26/conhecimento-ecologico-local-e-o-segredo-da-sustentabilidade-ambiental-saberes-praticas-e-relacoes-ecologicas> Acesso em 30 jan. 2025.

CUNHA, E. V.; SOUSA, W. J. R. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. *R. Katál.*, Florianópolis, v.26, n. 2, p. 321-332, maio/ago. 2023 ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91555>

Davis, M. *Planeta favela*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

Dias, D. M. S. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Revista Eletrônica do CEAF*. Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. Vol. 1, n.1, out. 2011/jan. 2012.

Diegues, A. C. *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos*. Diegues, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.

Diegues, A. C.; Arruda, R. S. V. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4).

Ellen, R.; Harris, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. In: *EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP*, 3., 1996, Canterbury. *Proceedings...Canterbury*, 1996.



Ecuador: Asamblea Constituyente. Constitución de la República del Ecuador. Registro Oficial 449. Montecristi - Ecuador: p. 15-131, 2008.

Gilchrist, G; Mallory, M.; Merkel, F. Can Local Ecological Knowledge contribute management? Case studies of migratory. *Ecology e Society*, v. 10, n. 1, 20, 2005.

Gudynas, E.; Acosta, A. La medición del progreso y del bienestar: propuestas desde américa latina. *Foro Consultivo Científico y Tecnológico, AC, México*, p. 103-110. 2011.

Hidalgo-Capitán, A. L. El bueno vivir: la (re)creación del pensamiento del PYDLOS. Cuenca: Ecuador, 2012.

Hidalgo-Capitán, A. L. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. *Íconos. Revista de Ciências Sociais*, 48, p. 25-40, 2014.

Hidalgo-Capitán, A. L.; Cubillo-Guevara. Deconstrucción y genealogía del “buen vivir” latinoamericano. El (trino) “buen vivir” y sus diversos manantiales intelectuales. *International Development Policy | Revue internationale de politique de développement* [Online], 9 | 2017, Online since 20 March 2018, Disponível em: <http://journals.openedition.org/poldev/2517>; doi: <https://doi.org/10.4000/poldev.2517> Acesso: 28 Ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas> Acesso em 12 fev. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf Acesso em 23 jun.2021.

Islas, C. A., Behling, G. M., & Schnorr, S. M. (Conhecimento ecológico local e educar pela pesquisa: bases para um ensino de ciências contextualizado. *Ensino Em Re-Vista*, 25(2), 506–525. doi: <https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-13>

JACQUES, Flávia Verônica Silva. O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 23, n. 3, jan. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8481/6750>. Acesso em: 30 jan. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i3.8481>.

Jorge, Wanda. Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina. *Cienc. Cult.* [online]. 2005, vol.57, n.2, pp. 9-12. ISSN 2317-6660. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 10.jun.2021.

Leroy, J. P E Meireles, J. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: Porto, M.F., Pacheco, T., E Leroy, J.P., comps. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 306 p. ISBN 978-85-7541-576-4. 2013, doi: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>



Little, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871> Acesso em 24 nov. 2020.

Ministério Público Do Estado De Minas Gerais. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (org.). Direitos dos povos e comunidades tradicionais. Belo Horizonte: Superintendência de Comunicação Integrada, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011, v. 1. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf - Brasília Acesso: 06 set. 2019.

Pasternak, S.; D'ottaviano, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do Censo de 2010. Cad. MetrÓpole, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 75-99, abr. 2016. doi: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>

Pasternak, S.; Bógus L. M. M., Favela: o desafio de morar na metrópole paulistana. In: Dossiê: mobilidade urbana e equidade, Cad. Metropole, 26 (60), May-Aug 2024, DOI <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6019>

Pirrelli, M. A. S. “Conhecimento tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas kaiowá/guarani. Ciência & Educação, v. 14, n. 3, p. 381-96, 2008. doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300002>

Pizzinato, A.; Guimarães, D. S. & Leite, J. F. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39 (n.spe), e032019, p. 3-8, 2019, doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000032019>

Ravelli A.P.X.; Fernandes G.C.M.; Barbosa S.F.F; Simão E; Santos S.M.A; Meirelles B.H.S. A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2009 Jul-Set; 18(3): 506-12. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000300014>

Ribeiro, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

Ruddle, K. Systems of knowledge: dialogue, relationships and process. Environment, Development and Sustainability, v. 2, n. 3-4, p. 277-304, 2000.

Sáez, O. C. Prometeo de pie: alternativas étnicas y éticas a la apropiación del conocimiento. Ensayos e Investigaciones-Cuadernos de Bioética, Buenos Aires, p. 1-15, 2001. Disponível em: <http://www.bioetica.org/cuadernos/enscons17.htm> Acesso em: 28 ago. 2021.

Sáez, O. C. Ciência amazonica: notas para um estudio crítico de los saberes nativos. Soma Interazioni Terapeutiche e Antropologia Médica, Genova, v. 3, p. 1-7, 1998.

Sampaio, C. A. C; Alcântara, L. C. S; Vieira, P. H. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-covid-19. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 59, p. 162-181, Jan./jun. 2022. doi: 10.5380/dma.v59i0.74145 e-ISSN 2176-9109.



Santilli, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. Ricardo, F. (org.). Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004. p.42-49.

SANTOS, A. J. D.; ARAÚJO, A. A. R.; BARROS, R. F. M. de; SILVA, P. R. R. Conhecimento ecológico local de trabalhadores rurais sobre moscas-das-frutas em área comercial de cajá (*Spondias mombin* L.) no Nordeste brasileiro. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. e3653, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.3-270. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/3653>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Sarlet, I. W.; Zockun, C. Z. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, vol. 3, n. 2, p. 115-141, maio/ago. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.46594>

Secretaria Especial De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial - SEPPPIR. O que são Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://seppir.gov.br>>. Acesso em: 22 fev.2015.

Shiraishi Neto, J. (org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, p.09-17, 2007.

Usher, P. J. Traditional Ecological Knowledge in Environmental Assessment e Management. *Artic*, v. 53, n.2, p.183-193, 2000.

Vasconcelos. L. Urbanização – metrópoles em movimento. *Revista Desafios do Desenvolvimento - IPEA*. 2006. ano 3. 22 ed. 5.5.2006. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=994:reportagens-materias&Itemid=39 Acesso em 21.ago.2021.

Vasconcelos. L. C. S. A dinâmica da mobilidade urbana: avanços, contradições e desafios em Cuiabá e Várzea Grande-MT, 2018 (tese de doutorado), Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2018.

Vilarinho Neto, C. S. Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso, Cuiabá/MT: EdUFMT, 2009.

